



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

Processo: 08098088620198230010

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **EDUARDO MOREIRA NUNES**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

DA AUSÊNCIA DE COBERTURA

Antes de expor seus argumentos quanto a perícia médica realizada na parte autora, vem informar a este juízo que diferentemente do que foi alegado, observando-se a documentação acostada, verificar-se que o autor não se encontra na situação prevista no Art.7º da Lei 6194/74, isto porque, o pedido do seguro DPVAT, refere-se ao veículo placa **NUJ 3107**, de propriedade da parte autora.

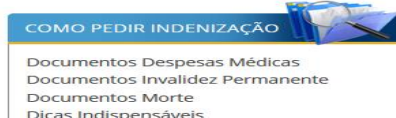
Ocorre que o autor, não pagou o prêmio do seguro, estando o veículo em situação irregular pelo não pagamento do seguro obrigatório à época do sinistro.

Assim, tratando-se o requerente do proprietário do veículo que ensejou a lesão, não tendo este comprovado o pagamento do prêmio, não tem direito à cobertura securitária.

Sua busca por placa: NUI3107 UF: RR CATEGORIA: 09*

Exercício	Valor Pago	Situação	Declaração de Pagamento				
2018	R\$185,50	Quitado					
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Data Pagamento</th> <th>Valor Pago</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>23/07/2018</td> <td>R\$185,50</td> </tr> </tbody> </table>				Data Pagamento	Valor Pago	23/07/2018	R\$185,50
Data Pagamento	Valor Pago						
23/07/2018	R\$185,50						
2017	R\$185,50	Quitado					
2016	R\$292,01	Quitado					
2015	R\$490,35	Quitado					
2014	R\$292,01	Quitado					
2013	R\$148,08	Quitado					

(**) Motocicleta



Selecione as opções abaixo para acessar o calendário de pagamento do Seguro DPVAT:

Exercício	UF	Final da Placa	Categoria(Saiba mais)	Pagamento	
2018	RR	7	9	À vista	Consultar

Categoria: 9

Final da Placa	Vencimento			
	IPVA (COTA ÚNICA)	Com Desconto?	DPVAT	Licenciamento
7	-	-	30/05/2018	30/05/2018

RR: TABELA DE VENCIMENTO DO IPVA E DO SEGURO DPVAT DE 2018

No caso trazido à baila, conforme se extrai da documentação acostada aos autos, a parte autora é proprietária do veículo causador das lesões pelas quais é pleiteada a indenização pelo Seguro DPVAT, estando a categoria daquele englobada pelo Consórcio DPVAT, à inteligência do art. 38 da Resolução do CNSP nº 332/2015.

Frisa-se que a ausência de pagamento pelo proprietário gera um prejuízo a toda sociedade, na medida, em caso de inadimplência do seguro, os valores não são repassados aos programas sociais, programa saúde pública e programas educadores de prevenção de acidentes.

Assim, o Seguro DPVAT exclui da cobertura o sinistrado, quando este for o proprietário do veículo e se encontrar inadimplente em relação ao pagamento do prêmio, quando da ocorrência do acidente. Por certo, a exclusão da cobertura restringe-se somente ao acidentado-proprietário inadimplente, mantendo-se toda a cobertura no que tange a terceiros.

É exatamente este o entendimento que ensejou a edição do verbete sumular nº 257 do STJ, posto que os casos concretos que foram julgados naquela corte tratavam de situações onde a vítima não era o proprietário do veículo, sendo, portanto, prescindível a discussão acerca do pagamento ou não do prêmio, uma vez que, indiscutivelmente, aqueles acidentados tinham direito ao recebimento da indenização.

Pelo exposto, não deve ser imputada à Seguradora Ré qualquer dever de indenizar a parte autora pelos supostos danos, eis que ausentes os elementos ensejadores da obrigação indenizatória.

DO LAUDO PERICIAL

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente.

Nesse sentido, foi nomeado perito por esse d. juízo, e posteriormente as partes intimadas a apresentaram quesitos, a fim de se verificar qual o grau da suposta Invalidez da parte autora.

Diferente do que tentar fazer crer a parte autora, não há nos autos qualquer documento conclusivo para atestar com veemência o nexos causal do sinistro noticiado com a alegada invalidez, haja vista que o ACIDENTE **OCORREU NO ANO DE 2018**, E O AUTOR NÃO ACOSTOU DOCUMENTOS QUE COMPROVASSEM QUE O MESMO ENCONTRAVA-SE EM TRATAMENTO MÉDICO OU ATÉ MESMO LAUDOS MÉDICOS QUE CONFIRMASSEM O AGRAVAMENTO DAS LESÕES.

CUMPRE ESCLARECER, QUE OS DOCUMENTOS MÉDICOS ACOSTADOS AOS AUTOS, INFORMAM QUE O AUTOR TEVE UMA FRATURA EXPOSTA DA TÍBIA ESQUERDA.

OCORRE, QUE DURANTE O PROCESSO ADMINISTRATIVO A PARTE FOI SUBMETIDA A PERÍCIA E DE ACORDO COM AVALIAÇÃO MÉDICA REALIZADA POR DOIS MÉDICOS ESPECIALIZADOS, SENDO UM NA FIGURA DE

REVISOR, FOI CONCLUÍDO QUE A PARTE AUTORA, APRESENTOU LIMITAÇÃO DE 25% DO MEMBRO INFERIOR, OU SEJA, DE ACORDO COM A DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELO AUTOR.

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda funcional completa de um dos membros inferiores	70 %	Em grau leve - 25 %	17,5%	R\$ 2.362,50
		Total	17,5 %	R\$ 2.362,50

Salienta-se, que em sede administrativa o autor foi periciado em 25% do Membro Inferior Esquerdo recebendo um valor de R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)

verifica-se que o perito **NÃO GRADUOU** a lesão corretamente, conforme é estabelecido na tabela anexa da Lei 6.194/74 (alteração pela Lei 11.945/09).

Conforme o laudo pericial, o *expert* informa que a parte Autora teve uma Invalidez em grau médio 50% no MIE (fratura da tíbia esquerda), e 25% MIE (fratura da fíbula esquerda), vejamos:

Segmento Anatómico

1ª Lesão

MI (25% Leve)

2ª Lesão

MI (50% Média)

3ª Lesão

4ª Lesão

Marque aqui o percentual

10% Residual ☐ 25% Leve ☒ 50% Média ☐ 75% Intensa

10% Residual ☒ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

ESCLARECE A RÉ, QUE PARA UMA ÚNICA LESÃO O PERITO UTILIZOU DOIS PARÂMETROS DE GRADUAÇÃO “EM GRAU MÉDIO 50%” E “LEVE 25%”.

RESSALTA-SE, QUE O PERITO NÃO OBSERVOU CORRETAMENTE OS PARÂMETROS ESTABELECIDOS NA TABELA ANEXA DA LEI 6.194/74 (ALTERAÇÃO PELA LEI 11.945/09), A QUAL ESTABELECE OS MEMBROS EM CASOS DE INVALIDEZ E AS GRADUAÇÕES EM TOTAL (100%), INTENSA (75%), MÉDIA (50%), LEVE (25%) E RESIDUAL (10%).

Danos Corporais Previstos na Lei	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores					

Pelo exposto, a Ré vem a presença de V. Ex.^a informar que o laudo de fls., **desacordo com os parâmetros estabelecidos na tabela anexa da Lei 6.914/74.**

Por fim, requer a Ré que o N. Magistrado intime o *expert perito*, para que o mesmo refaça o exame pericial, tendo em vista que não foram utilizados os critérios de fixação de indenização do ANEXO I da Lei 6.194/74 c/c Súmula 474 do STJ, impossibilitando a verificação de indenização a ser paga e seu respectivo *quantum*.

Desta forma, faz-se necessária a produção de novo laudo, desta feita, observando as anteditas exigências legais, para que no caso de eventual condenação, esta seja de acordo com a lesão de fato suportada pela parte autora.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 13 de novembro de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/RR 451-A

SIVIRINO PAULI
101-B - OAB/RR